

Quem são esses "xiitas"

Antes de entrar nas discussões sobre a futura Carta constitucional, a Assembléia Nacional Constituinte deve aprovar uma única resolução estabelecendo a duração do mandato do presidente José Sarney, o funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional durante os trabalhos constituintes, o fim das emergências e do decreto-lei e a restauração do estado de sítio.

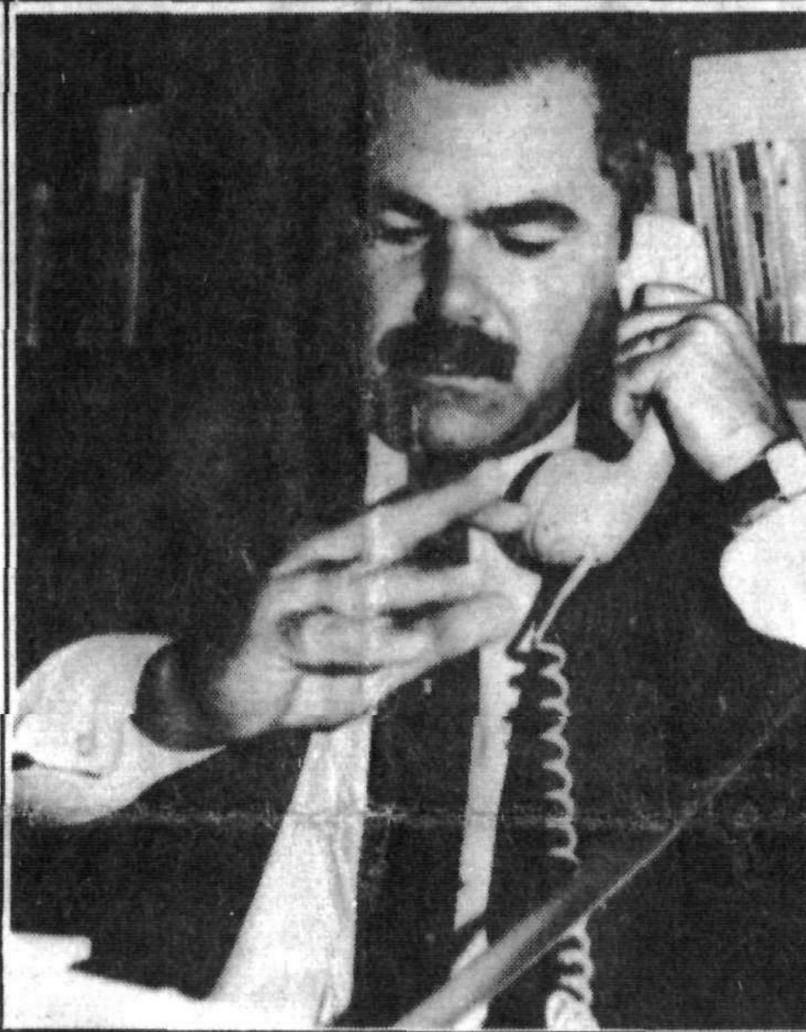
Dessa forma, a Assembléia teria seus limites bem definidos, e como não mais tocara na Carta de 67, as condições de segurança jurídica e de garantia política conduziram à conclusão do processo de transição democrática, sem qualquer tipo de vácuo gerador de instabilidade. Este é o pensamento de um grupo de 68 deputados do PMDB, mais conhecidos como xiitas.

Origem Gaúcha

Em dezembro do ano passado, a bancada peemedebista gaúcha reuniu-se em Porto Alegre e, à exceção do deputado Luís Roberto Ponte, tomou uma posição em favor da soberania da Assembléia, estabelecendo que o objetivo seria alcançado pela revogação das emergências e do instituto do decreto-lei. Uma nota foi emitida e divulgada pelo País todo, com o seguinte resultado na Câmara: deputados de outros Estados gostaram da idéia, procuraram os gaúchos e acabou sendo criado, informalmente, o embrião xiita.

Em Brasília, o grupo fez duas reuniões em janeiro, nas residências do deputado Antônio Britto (RS) e Virgildásio de Senna (BA), constatando-se assim, bem antes da instalação da Assembléia, o interesse de 45 deputados pela soberania. Nessas reuniões surgiu também a idéia da moção do deputado Lélío de Souza (RS), pela soberania dos trabalhos constituintes que acabou vencedora da reunião da bancada peemedebista realizada em 30 de janeiro.

Os xiitas não são um grupo organizado e são assim considerados não apenas pela participação nas reuniões, mas também por suas opiniões. Todos são do PMDB e não estão interessados na formação de bloco intermediário, mas em ganhar o próprio partido com suas idéias progressistas. Contudo, consideram o PT, o PCB, o PC do B, o PSB e setores do PDT como aliados naturais, embora, até o momento, não estejam procurando esses partidos.



Lélío de Souza: uma Carta abrangente.

Apesar de ainda não terem discutido as posições que deverão ser adotadas quando a próxima Constituição estiver sendo elaborada, os xiitas entendem que, fundamentalmente, ela deverá abrigar o programa do PMDB, de modo a refletir o desejo de mudança que enxergam na sociedade brasileira. De toda forma, pretendem uma Carta cujo conteúdo democrático alcance o social e o econômico, indo além da liberalidade consagrada em 46.

O deputado Lélío de Souza (RS) considera "cínica" a posição em favor de uma Carta enxuta, que fatalmente seria o ideal para manter a atual ordem econômica e social: "Isso encobre intuítos reacionários", salienta, acrescentando que o trabalho da Comissão Alfonso Arinos, com mais de 400 dispositivos, procurou atender ao máximo às necessidades de proteger o cidadão.

Uma Carta consagrada de princípios, conforme o deputado, não seria uma alavanca para mudanças. Como exemplo, ele recorda o dispositivo clássico, segundo o qual "todos são iguais perante a lei", para frisar que

isso funciona de modo bastante diferente, na prática, para os ricos e para os pobres.

Por isso, os xiitas preferem uma Constituição que consiga evitar ao máximo as leis complementares — as que regulamentam os dispositivos constitucionais — para que possam ter uma eficácia rápida, propiciando mudanças reais na sociedade. Além disso, acreditam que, desde que obtida a soberania, a Constituinte e o Executivo poderão chegar a um poder compartilhado, que teria continuidade ao final dos trabalhos através do Legislativo. Na prática, uma competência concorrente na iniciativa das leis.

Quem são

Embora sem carteira assinada, são considerados xiitas os seguintes deputados do PMDB: José Dutra (AM); Ademir Andrade (PA); Osmundo Rebouças e Paes de Andrade (CE); Agassiz Almeida e Cássio Cunha Lima (PB); Cristina Tavares, Egydio Ferreira Lima, Fernando Lyra e Maurício Ferreira Lima (PE); Renan Calheiros (AL); Domingos Leonelli, Genebaldo Correia, Jorge Hage, Jutany Júnior, Raul Ferraz, Uldurico Pinto e Virgildásio de Senna (BA); Anna Maria Rattes e Miro Teixeira (RJ); Carlos Mosconi, Célio de Castro, Octávio Elísio (MG); Antônio Pedrosa, Bete Mendes, Doreto Campanari, Fernando Gasparian, João Hermann, José Carlos Grecco, Roberto Rollemberg, Robson Marinho, Theodoro Mendes e Tidei de Lima (SP).

Os outros são: Fernando Cunha (GO); Sigmaringa Seixas (DF); Percival Muniz (MT); Plínio Martins (MS), Darcy Deitos, Hélio Duque, José Tavares, Maurício Fruet, Maurício Nasser, Néelson Friedrich e Oswaldo Macedo (PR), Alexandre Puzyna, Francisco Kuster, Paulo Macarini, Renato Viana, Vilson Souza e Walmor de Luca (SC), Antônio Britto, Hermes Zanetti, Ibsen Pinheiro, Irajá Rodrigues, Ivo Lech, Ivo Mainardi, João de Deus Antunes, Jorge Uequed, Lélío Souza, Mendes Ribeiro, Paulo Mincarone, Rospide Netto, Ruy Nedel e Vicente Bogo (RS).

Ainda que não participem até o momento das negociações em favor da soberania da Assembléia, outros deputados peemedebistas, no julgamento xiita, deverão marchar com o grupo agora ou mais adiante: Francisco Pinto (BA), Pimenta da Veiga (MG), Euclides Scalco (PR) e Ulysses Guimarães (SP).